

# TSE proíbe 'deepfakes' e exige alertas para uso de inteligência artificial

A adulteração em áudio ou vídeo pode levar à perda do mandato; Corte afirma que plataformas podem ser responsabilizadas

MARIANA MUNIZ  
mariana.muniz@globo.com.br

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou ontem, por maioria dos votos, uma resolução que proíbe as "deepfakes" eleitorais e determina que a inteligência artificial só pode ser usada nas campanhas com um aviso de que o conteúdo foi feito a partir de uma ferramenta de tipo "deepfake".

Caso um candidato use "deepfake", poderá ter o registro cassado. A proposta define o mecanismo como "conteúdo sintético em formato de áudio, vídeo ou combinação de ambos, que tenha sido gerado ou manipulado digitalmente".

Para a Corte, o descumprimento das normas "configura abuso de utilização dos meios de comunicação, acarretando a cassação ou perda do mandato e imputação de responsabilidade", conforme disposto no Código Eleitoral. Segundo o GLOBO apurou, esse ponto foi defendido internamente pelo presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes.

A norma já valerá para a eleição municipal, em outubro. Esta é a primeira regulamentação no país que trata de inteligência artificial, ainda que restrita ao pleito. Sobre as "deepfakes", a medida aprovada pelo TSE prevê a "vedação absoluta". O texto diz que o uso é vetado "ainda que mediante autorização, para criar, substituir ou alterar imagem ou voz de pessoa viva, falecida ou fictícia e que não pode ser usado para prejudicar ou para favorecer candidatura".

**"JÁ VIMOS NA ARGENTINA"**  
O uso deste método de fake news vinha preocupando o Judiciário em função do avanço das tecnologias. Foi o caso, por exemplo, de uma voz introduzida em um vídeo para induzir os eleitores a acreditarem que um político disse algo que ele não falou — já há episódios do tipo registrados no período pré-campanha.

É uma temida especialmente sensível nos tempos em que vivemos — disse a relatora das resoluções, o ministro Alexandre de Moraes.

nistra Cármen Lúcia.

A minuta prevê ainda que as plataformas são responsáveis pela implantação de medidas que impeçam a publicação de conteúdo irregular, como notícias falsas, ataques à integridade do pleito. O texto também estipula a retirada imediata, em casos de risco, de conteúdos com, entre outros pontos, ataques à democracia e discursos de ódio, o que inclui promoção de racismo, homofobia e ideologias nazistas. As empresas podem ser responsabilizadas caso não adotem as medidas.

— Vivemos com o perigo das fake news anabolizadas pela inteligência artificial. Nós já vimos o que aconteceu na Argentina, um vídeo transformando uma fala com perfeição, e isso pode acarretar um problema gigantesco, o que pode até alterar o resultado de uma eleição — ressaltou Moraes, para quem a resolução aprovada garante a "verdadeira liberdade de expressão".

O texto prevê ainda a obrigação de veiculação, por impulso e sem custo,



Normas. Plenário do TSE em sessão que aprovou resoluções de propaganda e ética para o pleito de 2024

## NOVAS REGRAS PARA A DISPUTA

### Identificação com rótulos

Será preciso identificar com rótulo conteúdos criados a partir da manipulação ou edição de imagens, áudios e vídeos por meio de tecnologias de inteligência artificial.

### Deepfake

A resolução veda o uso dos chamados deepfake, conteúdos gerados por inteligência artificial para falsificar e recriar sons e imagens digitalmente com o objetivo de substituir ou alterar o rosto ou voz de uma pessoa, e dessa forma, prejudicar ou favorecer uma candidatura.

### Comunicação com chatbots

A norma traz restrição ao uso de chatbots e avatares para intermediar a comunicação de campanhas com os eleitores. Não será permitido simular interlocução com candidato ou outra pessoa real.

### Papel das redes

O TSE estabeleceu que as plataformas sejam responsáveis pela implantação de medidas que impeçam a publicação de conteúdo irregular que atinja a integridade do pleito. Também prevê responsabilização, se as redes não retirarem conteúdos com ataques à democracia e discursos de ódio.

não poderá simular interlocução com o candidato ou outra pessoa real.

Para a advogada Yuri Nabeshima, especialista na área de inovação, a regulamentação das ferramentas de inteligência artificial era necessária já para a eleição deste ano.

— O TSE, ao definir concretamente o que se entenderá como o uso ilícito de inteligência artificial para fins eleitorais, estabeleceu medidas fundamentais para o combate de fake news, visando a proteção da democracia e do direito de liberdade de expressão.

A Corte também estabeleceu regras de aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ao contexto eleitoral. As campanhas deverão apresentar registro de operações de tratamento de dados dos eleitores, em modelo a ser disponibilizado pela Justiça Eleitoral.

## Dino estreia no Supremo desempatando julgamento

Ministro votou, em sua primeira sessão presencial, para manter ação penal contra um advogado suspeito de lavagem de dinheiro

DANIEL GULLINO  
e MARIANA MUNIZ  
daniel.gullino@globo.com.br

Em sua primeira sessão presencial no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Flávio Dino desempatou ontem um julgamento da Primeira Turma e votou para manter a tramitação de uma ação penal contra um advogado suspeito de lavagem de dinheiro e exploração de prestígio.

O relator, ministro Luiz Fux, votou para aceitar um habeas corpus e trancar a

ação. Ele foi acompanhado por Cristiano Zanin. Cármen Lúcia abriu a divergência e foi seguida por Alexandre de Moraes e Dino.

Ademir Rigueira Neto é réu pela suspeita de participação de um esquema que envolvia um magistrado aposentado, dois ex-assessores e um outro advogado. Ele também chegou a ser investigado por corrupção, mas essa acusação foi retirada do processo pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

A investigação é baseada em uma delação premiada.

Fux considerou que não há elementos que confirmem a delação, e avaliou que o valor recebido, de R\$ 100 mil, é compatível com a remuneração de um advogado.

Dino divergiu e viu "índices de corrupção". — Claro que não se cuida de provas cabais de corrupção, uma vez que isso é exigido obviamente quando se trata de instrução processual.

A defesa de Neto afirmou que o delator alterou sua versão e que, em um primeiro depoimento, não havia rela-

tado nenhum crime por parte do advogado. Também alegou que os valores recebidos foram em pagamento aos serviços de advocacia.

### AÇÃO TRABALHISTA

A Primeira Turma também formou maioria para manter uma decisão que levou a Petrópolis de uma condenação trabalhista bilionária. Três ministros votaram para rejeitar um recurso contra o entendimento, entre eles Dino.

Em 2021, Alexandre de Moraes anulou decisão tomada três anos antes pelo Tribunal

Superior do Trabalho, em um processo que discutiu o cálculo das remunerações e adicionais dos empregados da Petrobras. O caso é considerado a maior ação trabalhista da história da estatal e envolve 51 mil funcionários ativos e inativos.

Quando o TST julgou o caso, em 2018, o impacto estimado era de R\$ 17,2 bilhões, além de um aumento de R\$ 2 bilhões por ano na folha de pagamento. Agora, a estimativa é que o valor tenha subido para R\$ 52 bilhões.

Os ministros estão analisando embargos de declaração

contra a decisão de Moraes, um tipo de recurso utilizado para esclarecer pontos da decisão. Cármen Lúcia e Dino acompanharam o relator. O julgamento ocorre no plenário virtual e está programado para terminar na sexta-feira.

Para Moraes, "os embargos limitam-se a rediscutir o julgamento, com manifesto intuito de protelar o desfecho da causa". Os recursos foram apresentados por sindicatos de funcionários da empresa.

Dino também foi favorável à repercussão geral de um caso que trata da relação de trabalho entre um motorista e Uber. A Corte busca dar uma palavra final sobre as regras de vínculo empregatício envolvendo trabalhadores de aplicativos. Dino seguiu Fachin, relator do caso.

## Derrite voltará à Câmara para relatar 'saidinha'

Titular da pasta da Segurança em SP, deputado licenciado comunicou a Lira seu retorno à Casa

GABRIEL SARDIA  
gabriel.sardia@globo.com.br

O secretário de Segurança de São Paulo, o deputado licenciado Gustavo Derrite (PL-SP), informou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que pretende voltar à Casa para ser o relator do projeto de lei que põe fim às chamadas "saidinhas" de presos em datas comemorativas. Para isto, ele deixará o atual cargo temporariamente. Derrite já relatou a primeira tramitação do texto na Câmara, antes de seguir ao Senado.

Apesar de a oposição pressionar Lira por celeridade, a expectativa é que a votação só ocorra em março. Antes disso, Derrite precisará deitar a Secretaria de Segurança e reassumir o mandato antes de apresentar um novo texto aos demais deputados.

O Palácio do Planalto ainda



Atualização temporária.

Derrite comanda a Secretaria de Segurança de SP.

acolheu uma emenda ao projeto apresentada pelo senador Sérgio Moro que altera o texto para permitir que presos saiam para frequentar cursos supletivos profissionalizantes, do ensino médio e do superior.

A emenda também define que essa permissão não inclua presos condenados por "crime hediondo ou por crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa".

O tema é uma bandeira de parlamentares de direita, que defendem uma política penal mais dura para evitar que condenados por crimes possam ser reintegrados à sociedade antes de cumprirem suas penas. A morte de um policial militar em janeiro em Minas Gerais reacendeu o debate. O projeto tramita no Congresso há 14 meses e foi aprovado pela Câmara em 2022.

**Carolina Joias**  
COMPRO JOIAS EM OURO

OURO, JOIAS ANTIGAS - PRATA, BRILHANTES, RELOGIOS DE LURO  
PLATINA - MARFIM, MOIRAS EM GERAL - ANTIGUIDADES - QUADROS  
ESCULTURAS - OBRAS DE ARTE - PRATA  
(VENDA, CONSERTO, FABRICAÇÃO DE JOIAS EM GERAL)  
BOUTIQUE SÓ PARA DEMAIS NO MERCADO  
COM CREDIBILIDADE E MAIS DE 30 ANOS DE EXPERIÊNCIA  
"NÃO VENDA ANTES DE NOS CONSULTAR"  
CURSO OLIVEIRA  
"PARO NA RUA"  
"ATENDIMENTO EM DOMICÍLIO"

Shopping Cidade Copacabana - Copacabana  
Rua Figueiredo de Mello, 100 - Tel: 22-251-1111  
Shopping Casimiro de Almeida - Copacabana  
Rua Francisco de Paula, 20 - Tel: 22-251-1111 e 224  
carolinajoiasoficial | www.carolinajoias.com.br  
90959-7861 | 97946-2930 | 3988-3985 | 2235-8289